



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.
 CNPJ: 01.582.075/0001-90
 www.riograndeseguradora.com.br | Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e dos Relatórios dos Auditores Independentes. **COVID-19:** Diante do cenário de pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), a Companhia deliberou sobre as ações que foram e vem sendo lançadas com o propósito de prevenir e mitigar os riscos relacionados ao bem estar dos nossos funcionários e familiares, clientes, corretores, parceiros e acionistas, assim como na preservação de níveis adequados de liquidez e solvência e na garantia da sustentabilidade da nossa operação. **Desempenho nas operações de Seguros e Previdência Complementar Aberta:** Com forte atuação no estado do Rio Grande do Sul, a seguradora possui 14,3% de participação no mercado de Seguros de Pessoas no estado, sendo líder absoluta entre as seguradoras com matriz na região. O faturamento (*) da Companhia no exercício de 2020 foi de R\$ 1,2 bilhão, o que representa um aumento de 3,75% em relação a 2019. A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência no exercício social de 2020 foi de R\$ 343,3 milhões. A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar alcançou R\$ 275,8 milhões. O resultado financeiro também contribuiu para o bom desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tendo atingido R\$ 8,7 milhões. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas da ordem de R\$ 133,2 milhões. As provisões técnicas de seguros e previdência somaram R\$ 1,7 bilhão em 2020, atingindo um crescimento de 22,2% em relação a 2019. O patrimônio líquido atingiu R\$ 198,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, obtendo um incremento de 4,7% em relação a 2019 e o ativo total atingiu o montante de R\$ 2,0 bilhões, com crescimento de 14,3% em relação ao ano anterior. A Companhia retornou para os seus clientes, R\$ 311,4 milhões em pagamentos de sinistros e benefícios, no ano de 2020. As despesas administrativas apresentaram, no exercício social de 2020, um índice de 10,2% em relação a receita bruta, mantendo, o mesmo nível de 2019. Este índice reflete a qualidade do controle sobre as despesas administrativas, revelando ganho em produtividade e o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento da Companhia em aprimorar seus processos. O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia dispõe de uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias. Em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$ 41,2 milhões em pagamentos de dividendos, R\$ 115,8 milhões pagos a serviços de terceiros, R\$ 275 milhões em tributos indiretos e R\$ 54,0 milhões em tributos diretos. Como consequência dos fatores citados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 82,3 milhões em 2020. O retorno sobre o patrimônio atingiu a marca de 43,5%, no exercício social de 2020. Por fim, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio. Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2021. A Administração. * Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com emissão de apólices + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019
Ativo			Passivo		
CIRCULANTE	1.891.253	1.538.613	CIRCULANTE	597.542	552.525
Disponível	27.318	25.265	Contas a Pagar	45.876	58.470
Caixa e Bancos	2.975	9.233	Obrigações a Pagar	36.869	38.814
Equivalente de Caixa	Nota 5 24.343	16.032	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	2.547	3.160
Aplicações	Nota 5 1.731.137	1.394.903	Impostos e Contribuições	6.455	16.349
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	47.190	50.688	Outras Contas a Pagar	5	147
Prêmios a Receber	Nota 6 37.218	40.012	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	39.164	35.954
Operações com Seguradoras	Nota 7 6.702	9.360	Prêmios a Restituir	871	6
Operações com Resseguradoras	Nota 8 3.270	1.316	Operações com Seguradoras	2.355	3.710
Créditos das Operações com Previdência Complementar	50	49	Operações com Resseguradoras	Nota 14 3.287	3.276
Outros Créditos Operacionais	Nota 9 44.091	23.550	Corretores de Seguros e Resseguros	Nota 15 32.651	28.034
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	Nota 10 6.811	4.804	Outros Débitos Operacionais	-	928
Títulos e Créditos a Receber	1.329	1.281	Débitos de Operações com Previdência Complementar	97	17
Títulos e Créditos a Receber	1.130	1.104	Depósitos de Terceiros	Nota 16 733	7.873
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 11.a 199	177	Provisões Técnicas - Seguros	Nota 17 469.528	420.165
Custos de Aquisição Diferidos	33.327	38.073	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	42.144	30.046
Seguros	Nota 17 33.305	38.061	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.172.642	980.664
Previdência	Nota 18 22	12	Contas a Pagar	7.487	47.427
ATIVO NÃO CIRCULANTE	76.988	183.783	Tributos Diferidos	Nota 11 -	1.402
Realizável a Longo Prazo	76.818	183.336	Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	Nota 21 7.487	46.025
Aplicações	Nota 5 27.939	79.934	Provisões Técnicas - Seguros e Previdência Complementar	Nota 17 1.045.575	827.804
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	Nota 10 2.675	1.879	Outros Débitos - Provisões Judiciais	Nota 18 119.258	105.222
Títulos e Créditos a Receber	11.894	49.338	Outros Débitos - Provisões Judiciais	Nota 21 322	211
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 11 1.663	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 22 198.057	189.207
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 21 10.231	49.338	Capital Social	72.188	72.188
Custos de Aquisição Diferidos	Nota 17 34.234	52.185	Reservas de Lucros	123.860	113.706
Seguros	Nota 18 76	82	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.009	3.313
Previdência	-	224	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.968.241	1.722.396
Investimentos	170	139			
Imobilizado	-	84			
Intangível	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.968.241	1.722.396			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios Emitidos	636.346	607.877
Contribuições para Cobertura de Riscos	1.131	887
Varição das Provisões Técnicas	(855)	(10.689)
Prêmios Ganhos	Nota 22 e 25 a) 636.622	598.075
Receita com Emissão de Apólices	-	2.918
Sinistros Ocorridos	Nota 25 b) (102.354)	(86.768)
Custos de Aquisição	Nota 25 c) (239.110)	(213.425)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 25 d) (24.678)	(23.737)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	270.480	277.063
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 25 e) 531	2.740
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	540.702	526.546
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(364.439)	(413.655)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	Nota 25 f) 176.269	112.891
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	9.141	6.184
Varição de Outras Provisões Técnicas	Nota 25 g) (177.493)	(113.994)
Custo de Aquisição	(3.001)	(2.861)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(125)	(95)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	4.785	2.125
Despesas Administrativas	Nota 25 h) (120.680)	(117.841)
Despesas com Tributos	Nota 25 i) (27.528)	(26.440)
Resultado Financeiro	Nota 25 j) 8.711	17.954
Resultado Patrimonial	136.299	155.615
RESULTADO OPERACIONAL	7	47
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	136.306	155.662
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	Nota 26 (33.288)	(35.687)
Imposto de Renda	Nota 26 (20.712)	(24.300)
Contribuição Social	82.306	95.675
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.091	2.091
Quantidade de Ações	39.362,23	45.755,48
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS						Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	72.188	10.490	54.696	26.271	2.163	-	165.808	
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	1.150	-	1.150	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	95.675	95.675	
Destinação do Lucro Líquido:								
Constituição de Reserva Legal	-	3.948	-	-	-	(3.948)	-	
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	73.177	-	-	(73.177)	-	
Dividendos declarados e pagos - AGO de 03/2018	-	-	-	(26.271)	-	-	(26.271)	
Dividendos Intermediários declarados e pagos - AGE de 07/2018	-	-	(20.000)	-	-	-	(20.000)	
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(18.550)	(18.550)	
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	(8.605)	-	-	-	(8.605)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	72.188	14.438	99.268	-	3.313	-	189.207	
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	(1.304)	-	(1.304)	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	82.306	82.306	
Destinação do Lucro Líquido:								
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	71.153	-	-	(71.153)	-	
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	(11.153)	(11.153)	
Dividendos declarados e pagos - AGO de 03/2020	-	-	(30.999)	-	-	-	(30.999)	
Dividendos Intermediários declarados e pagos - AGE de 09/2020	-	-	(30.000)	-	-	-	(30.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	72.188	14.438	109.422	-	2.009	-	198.057	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., e é uma controlada indireta da Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapart Participações Ltda e, também, pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul").

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras ("demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2021. **2.1 Base de Mensuração:** Os valores contidos nas demonstrações são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram mensurados pelo custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Caixa e Equivalente de Caixa. • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. • Ativos financeiros disponíveis para venda. • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **2.2 Moeda Funcional e de Apresentação:** As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações são expressas nessa mesma moeda.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações estão relacionadas a seguir e foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. **3.1 Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera o seguinte: • Os prêmios de seguros e coseguros, suas comissões, despesas administrativas e operacionais são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas, ou à vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas. • As operações de coseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres. • As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício. **3.2 Balanço patrimonial:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração

das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. • Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. • Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos. • Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. **3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **3.4 Instrumentos financeiros:** A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação são descritos a seguir: **3.4.1 Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando as decisões de compra e venda são baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. **3.4.2 Disponíveis para a venda:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.4.3 Empréstimos e Recebíveis:** Ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e que não sejam cotados em mercado ativo, são incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", não havendo registro de empréstimos, que são contabilizados pelo custo amortizado ajustados por perdas por redução ao valor recuperável. **3.5 Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela TR + 0,5% (mensal). **3.6 Imobilizado:** Mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispendios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	82.306	95.675
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(1.304)	1.150
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(2.174)	1.917
Imposto sobre o ganho/perda originado(a) no exercício	870	(767)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	81.002	96.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	82.306	95.675
Ajustes para:	631.824	771.241
Depreciação e amortizações	585	115
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7)	(14)
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	(7)	(47)
Varição das Provisões Técnicas - Seguros	505.402	641.642
Varição das Provisões Técnicas - Previdência	43.410	45.744
Varição de Impostos Sobre o Lucro	82.434	83.801
Varição nas contas patrimoniais	(284.239)	(501.707)
Aplicações	6.709	1.934
Débitos/Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	79	11
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	(2.803)	(4.996)
Créditos Tributários e Previdenciários	(22)	-
Ativo Fiscal Diferido	(1.663)	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	39.107	(8.431)
Custos de Aquisição Diferidos	22.621	(11.303)
Outros Ativos	(20.568)	(10.308)
Outras Contas a Pagar	34.473	82.927
Depósitos de Terceiros	(7.140)	4.965
Provisões Técnicas - Seguros	(238.268)	(195.635)
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	(172.76)	(17.262)
Outros Débitos - Provisões Judiciais	111	171
Passivo Fiscal Diferido	(1.402)	615
Outros passivos	(62.304)	(72.276)
Caixa Gerado pelas Operações	181.545	135.621
Imposto sobre o lucro pagos	(92.328)	(82.042)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	89.217	53.579
Atividades de Investimento		
Recebimento pela Venda:		

As perdas são reconhecidas no resultado em contrapartida de conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício. **3.7.2 Ativos não financeiros:** A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. **3.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** Ativos e passivos tributários correntes dos exercícios findos em 2020 e 2019 foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do exercício, pela alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL foi calculada com base no resultado do exercício, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos. A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos, são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária. **3.9 Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais, que são provisionados independente da probabilidade de perda. As Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”; no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente a Companhia em caráter definitivo. **3.10 Contratos de Seguro:** A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no “CPC 11 - Contratos de Seguro”. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos. Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão. A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício. **3.11 Provisões Técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e pelo “CPC 11 - Contratos de Seguro”, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos. No passivo foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo/passivo não circulante. **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos:** As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL e Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL. As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **Provisão de Sinistros a Liquidar:** A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das demonstrações e ainda pendentes de regularização. A baixa das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER - sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas etc. e refletido no saldo da Provisão de Sinistros a Liquidar a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente. **Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados:** Provisão constituída para a cobertura dos sinistros/ eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações, sendo que: (I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera 60 meses para desenvolvimento de sinistros (incluindo a experiência do parceiro Banrisul na Icatu Seguros), entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após 60 meses desde a sua ocorrência. (II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos 12 meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão. **Provisão de Prêmios não Ganhos:** Provisão constituída pela parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. **Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar:** A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/ prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e às contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das demonstrações. **Provisão de Despesas Relacionadas:** A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios. A metodologia utiliza como base os custos baseados em atividades (ABC, *Activity Based Costing*), identificando as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada, relacionando-os com o valor da despesa acordada contratualmente entre as seguradoras pela prestação de serviços. **Provisão de Excedente Técnico:** Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em

regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico. **Provisão Complementar de Cobertura:** Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP) NOTA 3.12. **3.12 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** O “CPC 11 - Contratos de Seguro” requer que as seguradoras, que emitam contratos classificados como contratos de seguro, analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. A Companhia elabora semestralmente um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos. Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), com contrapartida no resultado. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETT) livre de risco definida pela SUSEP para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSB-V2015-m e BR-EMSB-V2015-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício. **Resultado do cálculo do TAP:** O quadro a seguir demonstra o resultado do TAP:

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	31/12/2020	31/12/2019
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	10.003	8.301
Provisões técnicas na data base	(9.182)	(7.555)
Resultado do TAP	821	746

Para os produtos de Previdência, referente aos benefícios já concedidos, o resultado do teste de adequação de passivos apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro, nos planos de cobertura por invalidez, no valor de R\$ 821 (R\$ 746 em 31/12/2019), resultando na constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) referente a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMB). Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro. **3.13 Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável de recebíveis; (iii) provisões técnicas PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR, PET e PCC; (iv) créditos tributários e previdenciários; (v) provisões judiciais; e (vi) diferimento dos custos de aquisição para os produtos de previdência complementar. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício. **3.14 Novas Normas Contábeis Ainda Não Adotadas:** Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para exercícios após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

3.14.1 IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros: O pronunciamento visa substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar a IAS 39 até 1º de janeiro de 2023. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). **3.14.2 IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de Seguros:** A IFRS 17 - Contratos de Seguros - substituirá a IFRS 4 e possui a data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2023. Esta nova norma visa estabelecer os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando dados úteis aos usuários das demonstrações. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e consistentes com o fluxo de caixa esperado de cada transação. A Companhia iniciou a preparação para a implementação dessa nova norma através da realização de diagnóstico cujo resultado abrangerá as dimensões de tecnologia, dados, processos e capacitação de pessoas. Os possíveis impactos decorrentes desse diagnóstico serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma. **3.14.3 IFRS 16 (CPC 06 – R2) – Arrendamentos:** O Pronunciamento estabelece o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia efetuou análise nos contratos ativos identificando contratos de direito de uso e contratos de leasing. A Companhia adotou o IFRS 16 (CPC 06 R2) em 1º de janeiro de 2021 como referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 22/09/2020.

4. GESTÃO DE RISCO: A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) da Companhia, conforme definição dada pela Circular SUSEP 521, de 24 de novembro de 2015, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição. Para executar sua função a Companhia nomeia o Gestor de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da EGR, bem como pela emissão de relatórios para análise dos Comitês de Gestão de Risco, do Comitê de Auditoria da Diretoria e do Conselho de Administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados. O Gestor de Risco organiza as suas atividades em Ciclos de Gestão de Riscos que são constituídos em 4 etapas sendo elas identificação/revisão, mensuração, manutenção e tratamento de riscos. Tais mapeamentos e análises são consolidados no Perfil de Riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no Perfil de Riscos, a Companhia utiliza o Sistema de Controles Internos que é composto pelos processos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira da Companhia e avaliar a eficiência do seu funcionamento. De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas da Companhia estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo: 1. Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de Gestão de Riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo. 2. Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo Corpo Administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linha de defesa, conforme melhor explicado abaixo: • As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos. • A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia. • A terceira linha é composta pela Auditoria Interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa. Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser Crítico, Severo, Moderado e Reduzido. O Gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao Conselho de Administração. Tais níveis de são formalizados como Apetite a Riscos. Ele é apurado através de simulações num horizonte de 1 ano para os capitais regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) utilizando-se cenários base e de stress, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de stress. Todos as Diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a Estrutura de Gestão de Riscos descrita acima estão formalizadas na Política de Gestão de Riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo Conselho de Administração. Por fim, destaca-se que a EGR descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade. **4.1 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos: 4.1.1 Principais Riscos Associados:**

4.1.1.1 Risco de Crédito: Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos ou resseguradoras) de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em “Investimentos de Alto Risco” e “investimentos de Baixo Risco”, conforme rating nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: Standard and Poor’s, Fitch e Moody’s. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco. **4.1.1.1.1 Principais Riscos Associados aos Investimentos:** A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em 31/12/2020, o montante de R\$ 253.958 / 81,43% (R\$ 260.311 / 68,00% em 31/12/2019) das aplicações financeiras (exceto fundos previdenciários), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 57.168 (R\$ 35.443 em 31/12/2019). Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 1.471.558 (R\$ 1.108.072 em 31/12/2019). Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 735 em 31/12/2020 (R\$ 704,02 em 31/12/2019). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos às suas respectivas Políticas de Investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos. Em 31/12/2020 não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo. **4.1.1.1.2 Principais Riscos Associados ao Resseguro:** Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, a Companhia adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua Política de Resseguro, documento formal, aprovado e publicado pelos comitês do Grupo Icatu adequados, onde estão definidas as regras gerais a serem observadas no processo de contratação de operações de resseguro. Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a “redução ao valor recuperável” de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito. A Companhia opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual, bem como a produtos de Risco de Previdência. No quadro abaixo é demonstrada a exposição ao risco de crédito em operações de resseguro:

Tipo	Rating	31/12/2020		31/12/2019	
		Expo- sição (R\$)	Expo- sição (%)	Expo- sição (R\$)	Expo- sição (%)
Ressegurador					
Admitida	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	1.964	15,40%	963	12,04%
Local	A pela <i>AmBest</i>	–	0,00%	1.363	17,04%
Local	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	7.330	57,46%	5.481	68,51%
Local	A- pela <i>A. M. Best Company</i>	3.200	25,09%	–	0,00%
Local	brAAA pela <i>Standard & Poor's</i>	–	0,00%	18	0,23%
Local	B++ pela <i>A. M. Best Company</i>	262	2,05%	174	2,18%
Total		12.756	100,00%	7.999	100,00%

4.1.1.2 Risco de Mercado: Os riscos de mercado decorrem da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros. Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano. O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VaR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência. A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de *stress* da carteira. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco. (II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro a seguir são apresentadas: – A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico; – A perda com uma oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01. – O fator de decaimento *Lambda* da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	DIV-01	31/12/2020		31/12/2019	
		EWMA	VAR	EWMA	VAR
Pré-fixado - DI	–	0,93	0,04	–	0,89
Taxa Referencial	–	0,93	–	–	0,97
IGPM	–	0,91	–	–	0,95
IPCA	6	0,99	641	81.101	13.685
Ações	–	0,96	28	199	–
				0,97	816.858
				0,96	14.458
					85.159
					172

A incerteza trazida pela pandemia COVID-19, fez com que as taxas de juros tivessem um aumento relevante no exercício de 2020 gerando assim, uma desvalorização nos preços dos ativos marcados como valor justo pela companhia. Este efeito somado a um cenário de redução da Taxa Selic para 2,0 % a.a. em 2020, mínima histórica, acabou afetando a performance do resultado financeiro do exercício. Ainda durante o exercício de 2020, a companhia implementou novas estratégias de investimentos com objetivo de diminuir os impactos causados pela pandemia. Aliada a recuperação parcial da atividade econômica do país, no segundo semestre, observou-se nova valorização nos preços dos ativos marcados como valor justo e consequentemente a companhia retomou a níveis positivos em termos de performance do resultado financeiro. **4.1.1.3 Risco de Liquidez:** Consiste na possibilidade da Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A Administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia e, sempre que necessário, realiza ajustes nas posições dos investimentos, para adequar a carteira de investimentos com a demanda de liquidez da companhia. Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando a projeção do fluxo de caixa da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos. Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido (CMR), mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, em conformidade com as exigências regulatórias da SUSEP. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência mantidos pela Companhia:

Ativos e passivos	31/12/2020		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos
Caixa e bancos	2.975	–	2.975
Equivalente de Caixa	24.343	–	24.343
Aplicações Financeiras	740.020	259.144	759.912
Crédito das operações de seguros e previdência	91.331	–	91.331
Ativos de resseguro - provisões técnicas	6.811	1.091	1.584
Títulos e créditos a receber	13.223	–	13.223
Total de ativos	878.703	260.235	761.496
Contas a pagar	53.363	–	53.363
Provisões Técnicas	511.672	510.357	654.476
Débito das operações	39.261	–	39.261
Depósitos de terceiros	733	–	733
Total de passivos	605.029	510.357	654.476



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

www.riograndeseguradora.com.br | Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar | Cep: 90010-001

continuação

	31/12/2019			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Ativos e passivos				
Caixa e bancos	9.233	-	-	9.233
Equivalente de Caixa	16.032	-	-	16.032
Aplicações Financeiras	390.323	247.429	837.085	1.474.837
Crédito das operações de seguros e previdência	74.287	-	-	74.287
Ativos de resseguro - provisões técnicas	4.804	779	1.100	6.683
Títulos e créditos a receber	1.281	49.338	-	50.619
Total de ativos	495.960	297.546	838.185	1.631.691
Contas a pagar	58.470	47.427	-	105.897
Provisões Técnicas	450.211	324.241	608.785	1.383.237
Débito das operações	35.971	-	-	35.971
Depósitos de terceiros	7.119	754	-	7.873
Total de passivos	551.771	372.422	608.785	1.532.978

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco. **4.1.1.4 Risco Operacional:** O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*. A gestão desses riscos integra a Gestão de Riscos Corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual). As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos. O Gestor de Risco reporta estes resultados à Diretoria e ao Conselho de Administração, se necessário. A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares. Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia. Para os riscos de *Compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos. Os Riscos de Fraude são identificados através de estudos de risco de uma Companhia ser objeto de fraudes, principalmente com relação aos produtos comercializados, bem como suas práticas operacionais. Com base nos estudos é desenvolvida e implementada, na forma da legislação vigente, estrutura de controles internos específicos, validada pela auditoria interna, para tratar dos riscos identificados. **4.1.1.5 Risco de Subscrição:** É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas. A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela Administração da Companhia formalizadas na Política de Subscrição de Riscos e de Resseguro. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis. Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o Risco de

Subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco. A Companhia subscreve seguros, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas. Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a Política de Resseguro e com as diretrizes acordadas com a Diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo possui contratos de resseguro específicos. O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no exercício:

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2020			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	61.985	170.395	232.380
Prestamista	25.108	265.798	290.906
Acidentes Pessoais	20.276	64.322	84.598
Outros	-	28.738	28.738
Total Seguros	107.369	529.253	636.622

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2019						
Ramo/região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	-	-	-	63.965	154.155	218.120
Prestamista	-	-	-	21.967	256.486	278.453
DPVAT	1.154	2.132	590	4.965	1.158	9.999
Acidentes Pessoais	-	-	-	23.467	53.005	76.472
Outros	-	-	-	-	15.031	15.031
Total Seguros	1.154	2.132	590	114.364	479.835	598.075

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2020			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	61.985	169.287	231.272
Prestamista	25.108	265.445	290.553
Acidentes Pessoais	20.276	64.112	84.388
Outros	-	25.163	25.163
Total Seguros	107.369	524.007	631.376

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2019						
Ramo/região geográfica	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em Grupo	-	-	-	63.965	153.373	217.338
Prestamista	-	-	-	21.967	256.349	278.316
DPVAT	1.154	2.132	590	4.965	1.158	9.999
Acidentes Pessoais	-	-	-	23.467	52.894	76.361
Outros	-	-	-	-	13.426	13.426
Total Seguros	1.154	2.132	590	114.364	477.200	595.440

A distribuição de rendas de contribuições e prêmios de VGBL está concentrada na região Sul, totalizando R\$ 176.263 (R\$ 112.891 em 2019). **4.1.1.6 Gestão de Capital:** A Gestão de Capital é um processo contínuo que visa garantir que Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. **4.1.1.7 Riscos Estratégicos:** Os Riscos estratégicos fazem parte do Ciclo de Gestão de Riscos coordenado pela equipe de Gestão de Riscos e Controles Internos. Esses riscos são mapeados em conjunto com a Administração da Companhia e em seguida avaliados e tratados conforme níveis de criticidade apurados.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como Equivalentes de Caixa: R\$ 24.343 (R\$ 16.032 em 31/12/2019). Em 31/12/2020, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 77.545 (R\$ 79.616 em 31/12/2019). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 3.349 (R\$ 5.523 em 31/12/2019). Segue demonstração da carteira:

	31/12/2020						
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/ mercado	Percentual das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:							
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		588	-	-	-	588	0,03%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos Bloqueio Judicial		217	-	-	-	217	0,01%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos		69.760	616.283	814.483	176.851	1.677.377	94,05%
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)		69.749	483.999	740.959	176.851	1.471.558	82,51%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	99.540	73.524	-	173.064	9,70%
Operações Compromissadas	SELIC	-	32.825	-	-	32.825	1,84%
Outros		11	(81)	-	-	(70)	0,00%
Total		70.565	616.283	814.483	176.851	1.678.182	94,10%

	31/12/2019						
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/ mercado	Percentual das Aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - Equivalente de Caixa:							
Operações Compromissadas	SELIC	-	24.343	-	-	24.343	1,36%
Total		-	24.343	-	-	24.343	1,36%
II. Títulos Disponíveis para Venda:							
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos							
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,52%	-	53.172	27.722	-	80.894	4,54%
Total		-	53.172	27.722	-	80.894	4,54%
Total das Aplicações Financeiras			70.565	693.798	842.205	1.783.419	100,00%

	31/12/2019						
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/ mercado	Percentual das Aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:							
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		87.105	-	-	-	87.105	5,84%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos		44.526	253.487	701.531	303.049	1.302.593	87,37%
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)		44.516	196.028	593.245	274.283	1.108.072	74,32%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	38.121	108.286	28.766	175.173	11,75%
Operações Compromissadas	SELIC	-	19.411	-	-	19.411	1,30%
Outros		10	(73)	-	-	(63)	0,00%
Total		131.631	253.487	701.531	303.049	1.389.698	93,21%

	31/12/2019						
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/ mercado	Percentual das Aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado - Equivalente de Caixa:							
Operações Compromissadas	SELIC	-	16.032	-	-	16.032	1,08%
Total		-	16.032	-	-	16.032	1,08%
II. Títulos Disponíveis para Venda:							
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos							
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,50%	-	5.204	79.935	-	85.139	5,71%
Total		-	5.204	79.935	-	85.139	5,71%
Total das Aplicações Financeiras			131.631	274.723	781.466	1.490.869	100,00%

5.2 Movimentação por Categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	880.761	115.645	996.406
(+) Aplicações	1.005.852	-	1.005.852
(-) Resgates	(535.853)	(42.087)	(577.940)
(+) Rendimentos	54.971	9.663	64.634
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	1.917	1.917
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.405.731	85.138	1.490.869
(+) Aplicações	1.055.756	-	1.055.756
(-) Resgates	(785.172)	(9.634)	(794.806)
(+) Rendimentos	26.210	7.564	33.774
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(2.174)	(2.174)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.702.525	80.894	1.783.419

5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo: Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo. **Nível 3:** premissas, para

o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2020		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	1.237.883	464.642	1.702.525
Ações de Cias Abertas	39	-	39
Letras Financeiras do Tesouro	574.188	-	574.188
Notas do Tesouro Nacional:	132.404	-	132.404
Letras do Tesouro Nacional	212.542	25.266	237.808
Debêntures de Distribuição Pública	-	256.166	256.166
Operações Compromissadas	318.710	-	318.710
Letras Financeiras	-	99.978	99.978
Certificados de Depósito Bancário	-	2.671	2.671
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	588	588
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	-	70.692	70.692
Notas Promissórias	-	11.395	11.395
Outros Aplicações	-	(2.331)	(2.331)
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos Bloqueio Judicial	-	217	217
II. Títulos disponíveis para venda:	80.894	-	80.894
Notas do tesouro nacional	80.894	-	80.894
Total (I + II)	1.318.777	464.642	1.783.419

	31/12/2019		
	Nível 01	Nível 02	Total

I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	894.318	511.412	1.405.730
Ações de Cias Abertas	33	-	33
Opções	-	176	176
Letras Financeiras do Tesouro	552.787	-	552.787
Notas do Tesouro Nacional:	76.382	718	77.100
Letras do Tesouro Nacional	204.966	5.507	210.473
Debêntures de Distribuição Pública	-	248.960	248.960
Operações Compromissadas	60.150	-	60.150
Letras Financeiras	-	102.589	102.589
Certificados de Depósito Bancário	-	12.841	12.841
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	87.105	87.105
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	-	45.081	45.081
Notas Promissórias	-	10.001	10.001
Outros Aplicações	-	(1.566)	(1.566)
II. Títulos disponíveis para venda:	85.139	-	85.139
Notas do tesouro nacional	85.139	-	85.139
Total (I + II)	979.457	511.412	1.490.869

5.4 Instrumentos Financeiros Derivativos: Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência. **6. PRÊMIOS A RECEBER: 6.1 Composição do saldo de prêmios a receber:** A composição do saldo de prêmios a receber por ramo segue abaixo:

	31/12/
--	--------



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

www.riograndeseguradora.com.br | Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias - 2021 a 2030		
Ano	Valor	%
2020*	2.196	0%
2021	301	10%
2022	301	10%
2023	300	10%
2024	300	10%
2025	300	10%
2026	300	10%
2027	300	10%
2028	300	10%
2029	300	10%
2030	300	10%
Total geral	3.002	100%

(* 2020 não compõe o total das diferenças temporárias

12. OBRIGAÇÕES A PAGAR: O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	105	142
Dividendos a Pagar	11.553	25.864
Pagamentos a realizar	15.644	1.290
Provisão Fundo de Marketing	1.003	1.730
Prestação de Serviços Compartilhados	8.866	9.627
Outras Contas a Pagar	98	161
Total	36.869	38.814

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES:

	31/12/2020	31/12/2019
IR	1.795	7.927
CSLL	1.714	5.452
COFINS	1.911	1.938
PIS	310	315
Outros	725	717
Total	6.455	16.349

14. DÉBITO DAS OPERAÇÕES - OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS:

	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios de Resseguro Cedido a Pagar	3.544	3.533
Comissão de Resseguro a Recuperar	(257)	(257)
Total	3.287	3.276

15. DÉBITO DAS OPERAÇÕES - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS:

	31/12/2020	31/12/2019
Comissões riscos emitidos diretos	405	866
Comissões RVNE	10.664	12.226
Comissões Cosseguro Aceito	4.904	6.002
Comissão Cosseguro Aceito RVNE	740	1.268
Pró-labore	15.938	7.672
Total Corretores de Seguros e Resseguros	32.651	28.034

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios e contribuições que ainda não foram identificados, classificados no passivo circulante. A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
1 até 30 dias	56	7.061
31 até 60 dias	22	31
61 até 120 dias	9	13
121 até 180 dias	15	6
181 até 365 dias	31	8
Acima de 365 dias	600	754
Total	733	7.873

17. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - SEGUROS: As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2020		31/12/2019	
	Sobrevivência	Pessoas	Sobrevivência	Pessoas
Prêmios não Ganhos	28.522	-	28.522	25.575
Prêmios não Ganhos - RVNE	14.857	-	14.857	17.635
Sinistros a Liquidar	-	-	-	-
Administrativo	47.949	-	47.949	42.537
Sinistros a Liquidar Judicial	3.664	-	3.664	8.610
Excedente Técnico	36	-	36	36
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	26.486	-	26.486	105.756
Benefícios a Conceder	-	343.348	343.348	215.800
Benefícios Concedidos	-	146	146	103
Resgates e/ou Outros	-	-	-	-
Valores a Regularizar	-	3.413	3.413	-
Provisão para Despesas Relacionadas	1.107	-	1.107	1.011
Total	122.621	346.907	469.528	201.160
Prêmios não Ganhos	30.064	-	30.064	29.416
Sinistros a Liquidar	-	-	-	-
Administrativo	3.201	-	3.201	3.103
Sinistros a Liquidar Judicial	7.438	-	7.438	2.844
Excedente Técnico	38	-	38	-
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	25.711	-	25.711	25.908
Benefícios a Conceder	-	977.223	977.223	765.108
Benefícios Concedidos	-	1.310	1.310	1.357
Provisão para Despesas Relacionadas	587	3	590	64
Total	67.039	978.536	1.045.575	61.335

(*) Com DPVAT em 31/12/2019.

A movimentação das provisões de técnicas e custo de aquisição diferidos de seguros compõem como seguem:

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldos em	Atualização Monetária	Saldos em	Atualização Monetária
Prêmios não Ganhos	54.991	27.207	(23.612)	58.586
Prêmios não Ganhos - RVNE	17.635	5.624	(8.402)	14.857
Benefícios a Conceder	980.908	571.628	(251.809)	19.844
Benefícios Concedidos	1.460	40	(99)	55
Sinistro a Liquidar	57.094	1.082.279	(1.078.516)	1.395
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	131.664	328.553	(408.020)	52.197
Resgates e/ou Outros	-	-	-	-
Valores a Regularizar	3.102	30.926	(30.615)	3.413
Excedente Técnico	36	87	(49)	74
Provisão de Despesas Relacionadas	1.079	1.814	(1.196)	1.697
Total	1.247.969	2.048.158	(1.802.318)	21.294
Prêmios não Ganhos	48.829	20.303	(14.141)	54.991
Prêmios não Ganhos - RVNE	13.706	10.819	(6.890)	17.635
Benefícios a Conceder	548.927	558.631	(162.614)	35.964
Benefícios Concedidos	48	1.500	(107)	19
Sinistro a Liquidar	53.311	344.022	(341.433)	1.194
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	134.024	73.113	(80.549)	5.076
Resgates e/ou Outros	-	-	-	-
Valores a Regularizar	2.490	31.617	(31.005)	3.102
Excedente Técnico	32	24	(20)	36
Provisão de Despesas Relacionadas	895	1.650	(1.235)	1.079
Total	501.962	1.041.679	(637.994)	42.322

Custo de	31/12/2018		31/12/2019		31/12/2020	
	Consti- tuições	Amorti- zações	Consti- tuições	Amorti- zações	Consti- tuições	Amorti- zações
Aquisição	-	-	-	-	-	-
Diferido	78.877	18.656	(7.369)	90.164	1.405	(24.030)
Total	78.877	18.656	(7.369)	90.164	1.405	(24.030)

Análise de Sensibilidade - Seguros: Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade da premissa de sinistralidade, o stress de 5% mostrou-se suficiente para cobertura das oscilações baseadas na experiência observada. Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Coberturas de Risco:	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	4.603	4.351	4.337	4.132
Total	4.603	4.351	4.337	4.132

18. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: As Provisões Técnicas e os Custos de Aquisição Diferidos estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Prêmios não Ganhos	82	-	74	-
Benefícios a Conceder	39.257	111.731	150.988	27.976
Benefícios Concedidos	936	6.790	7.276	734
Sinistros a Liquidar	-	-	-	-
Administrativo	943	-	943	444
Sinistros a Liquidar Judicial	193	-	193	52
Eventos Ocorridos mas não Avisados	510	-	510	426
Provisão de Despesas Relacionadas	1	12	13	11
Resgates e/ou Outros	-	-	-	-
Valores a Regularizar	127	-	127	254
Provisão Complementar de Cobertura	95	725	820	85
Total	42.144	119.258	161.402	30.046

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos de Previdência Complementar estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas	31/12/2019		Atualização Monetária		31/12/2020	
	Consti- tuições	Reversões	Consti- tuições	Reversões	Consti- tuições	Reversões
Prêmios não Ganhos	74	34	(26)	-	82	-
Benefícios a Conceder	127.166	48.809	(26.771)	1.784	150.988	-
Benefícios Concedidos	6.095	620	(456)	1.467	7.726	-
Sinistro a Liquidar	496	6.342	(5.835)	133	1.136	-
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	426	125	(41)	-	510	-
Resgates e/ou Outros	-	-	-	-	-	-
Valores a Regularizar	254	1.527	(1.654)	-	127	-
Provisão de Despesas Relacionadas	11	4	(2)	-	13	-
Provisão Complementar de Cobertura	746	226	(152)	-	820	-
Total	135.268	57.687	(34.937)	3.384	161.402	-

Provisões Técnicas	31/12/2018		Atualização Monetária		31/12/2019	
	Consti- tuições	Amorti- zações	Consti- tuições	Amorti- zações	Consti- tuições	Amorti- zações
Prêmios não Ganhos	64	36	(26)	-	74	-
Benefícios a Conceder	100.279	48.228	(26.742)	5.401	127.166	-
Benefícios Concedidos	5.403	677	(365)	380	6.095	-
Sinistro a Liquidar	46	2.641	(2.252)	61	496	-
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	226	466	(266)	-	426	-
Resgates e/ou Outros	-	-	-	-	-	-
Valores a Regularizar	385	4.694	(4.825)	-	254	-
Provisão de Despesas Relacionadas	11	5	(5)	-	11	-
Provisão Complementar de Cobertura	370	1.302	(926)	-	746	-
Total	106.784	58.049	(35.407)	5.842	135.268	-

Análise de Sensibilidade - Previdência: As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada. Na Desistência/cancelamento o stress de 10% representa o dobro da oscilação média. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na Longevidade, a premissa de 10% aplicada sobre uma tábua realista já representa um cenário de stress. Com base em dados históricos um stress de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado. Nas premissas Desistência e Conversão de Renda o impacto foi nulo, as demais premissas não indicam impacto significativo no resultado e patrimônio líquido, conforme quadro abaixo:

Coberturas de Acumulação/ Sobrevivência	31/12/2020		31/12/2019	
	Consti- tuições	Amorti- zações	Consti- tuições	Amorti- zações
Aquisição	-	-	-	-
Diferido	79	25	(10)	94
Total	79	25	(10)	94

19. DESENVOLVIMENTO DE SINISTRO: O desenvolvimento de sinistros bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

VARIÁVEL	31/12/2018		31/12/2019		31/12/2020	
	Consti- tuições	Amorti- zações	Consti- tuições	Amorti- zações	Consti- tuições	Amorti- zações
Redução de 1% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	-	-	-	-	-	-
Taxa de Juros	79	25	(10)	94	29	(25)
Total	79	25	(10)	94	29	(25)

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		CSLL		CPMF		Total	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (b)	1.205	1.047	7.414	6.440	-	-	-	-	8.619	7.487
Transferência da quota FIE/FIFE (c)	-	-	-	-	3	745	-	-	745	3
Total 31/12/2020	1.205	1.047	7.414	6.440	3	745	-	-	9.364	7.490

(a) CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015. (b) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014. (c) CPMF - Sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life. **21.4 Depósito Judiciais e Fiscais:** Estão classificados no ativo não

	Ano de aviso do sinistro						Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	96.798	408.769
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.249	97.047	-	291.901
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	74.459	-	-	185.667
3 anos após o aviso	6.515	46.930	56.421	-	-	-	109.866
4 anos após o aviso	6.440	47.116	-	-	-	-	53.556
5+ anos após o aviso	6.432	-	-	-	-	-	6.432
Estimativa na data base (2019) (a)	6.432	47.116	56.421	74.459	97.047	96.798	378.275
Pagamentos efetuados (b)	6.419	46.241	55.466	71.010	83.955	51.794	314.882
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	13	875	955	3.449	13.092	45.004	63.388
Sinistros a Liquidar Total	13	875	955	3.449	13.092	45.004	63.388

O desenvolvimento de sinistros líquido de resseguro está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro						Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

www.riograndeseguradora.com.br | Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	48.260	40.769
Adições	595	5.239
Atualização Monetária	709	2.252
Baixa (*)	(40.161)	-
Saldo Final	9.403	48.260

(*) Os valores depositados judicialmente nos mandados de segurança que discutiam a majoração de alíquota de CSLL de 9% para 15% e a majoração de alíquota de CSLL de 15% para 20% foram integralmente convertidos em renda em favor da União Federal, tendo ambas as pastas sido encerradas em junho de 2020.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social: O capital subscrito e integralizado de R\$ 72.188 (R\$ 72.188 em 31/12/2019) é representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas de Lucros: As Reservas de Lucros de R\$ 123.860 (R\$ 113.706 em 31/12/2019) são compostas por: Reserva Legal de R\$ 14.438 (R\$ 14.438 em 31/12/2019) que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76. Reserva Estatutária de R\$ 109.422 (R\$ 99.268 em 31/12/2019) é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais. c) Dividendos mínimos obrigatórios: Conforme disposição estatutária, a companhia provisionou dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 11.153 (R\$ 18.550 em 31/12/2019), sendo deduzido o dividendo intermediário, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de agosto de 2020 e pago com recursos da reserva estatutária no valor de R\$ 30.000 (R\$ 20.000 em 31/12/2019), referente à 50% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal, quando aplicável. Em março de 2020, a Companhia realizou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 30.999 referentes à dividendo adicional, utilizando saldo da rubrica "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária". d) Ajuste de Avaliação Patrimonial: A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é R\$ 2.209 (R\$ 3.313 em 31/12/2019). e) Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital: A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o capital

mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido	198.057	189.207
Ajustes contábeis	(41.097)	(46.753)
Participação Coligadas e Controladas	-	(224)
Ativos Intangíveis	-	(84)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(41.097)	(46.445)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	1.029	1.828
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	552	1.510
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	477	318
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	157.989	144.282
Capital Base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de Risco de Crédito	5.839	5.179
Capital de Risco de Subscrição	92.012	85.910
Capital de Risco - Mercado	3.737	6.313
Capital de Risco - Redução por correlação	(5.492)	(6.960)
Capital de Risco - Operacional	2.974	3.694
Capital de Risco (CR)(b)	99.070	94.136
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	99.070	94.136
Patrimônio líquido ajustado	157.989	144.282
(-) Exigência de capital - EC	(99.070)	(94.136)
Suficiência de capital - R\$	58.919	50.146
Suficiência de capital (% da EC)	159%	153%

23. PARTES RELACIONADAS: Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Despesas		Receitas	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Icatu Seguros S.A.* (Controladora) (b)	12.158	12.577	(7.259)	(9.712)	(73.092)	(120.321)	147.376	164.276
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (d)	-	-	-	-	-	(86.635)	-	76.154
Icatu Assessoria Ltda (Ligada) (c)	-	-	(7.462)	(7.155)	(88.638)	(75.224)	-	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Outros) (a)	-	49	-	(928)	-	-	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora) (e)	-	-	(11.153)	(25.864)	-	-	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos (Ligada) (f)	-	-	-	(4)	(12)	-	-	-
Rio Grande Capitalização S/A(Ligada) (d)	8.768	5.969	-	-	(19.575)	(14.989)	1.479	-
Total	20.926	18.595	(25.874)	(43.659)	(181.309)	(297.181)	148.855	240.430

*Controladora indireta. A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: (a) O saldo referente à Seguradora Líder origina-se da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, constituindo, um "Contas a Receber/Pagar"; (b) Valores referentes acordo operacional de consórcio, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes; (c) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria Ltda. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes; (d) A Companhia adquire títulos de capitalização para sorteios dos clientes de seguro de vida. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com

notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais"; (e) Dividendos referentes às movimentações do resultado da Companhia; (f) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda.

24. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO - SEGUROS: Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	31/12/2020				31/12/2019				
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento
Vida em Grupo	232.380	14,7%	36,2%	218.120	16,5%	35,4%			
Prestamistas	290.907	18,2%	40,9%	278.455	17,5%	37,6%			
DPVAT	-	0,0%	0,0%	9.999	76,5%	0,0%			
Acidentes Pessoais	84.598	5,2%	35,9%	76.471	9,2%	37,2%			
Outros	28.737	38,4%	19,0%	15.030	10,6%	21,2%			
Total	636.622			598.075					

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:

	31/12/2020	31/12/2019
a) Prêmios Ganhos - Seguros	494.091	425.328
Prêmios Emitidos Direto	147.377	164.276
Prêmios Cosseguro Aceito a Congêneres	-	10.593
Prêmio Emitido DPVAT	(5.122)	7.680
Prêmio Riscos Vigentes Não Emitidos	686	507
Receitas de Contribuições Planos Repartição Simples	445	380
Receitas de Contribuições Planos de Renda	(855)	(10.689)
Variação das provisões técnicas	636.622	598.075
b) Sinistros Ocorridos - Seguros	(101.730)	(81.519)
Indenizações Avisadas	-	(14.945)
Indenizações Avisadas DPVAT	1.421	15.068
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(976)	195
Despesas com Sinistros	-	(4.925)
Despesas com Sinistros DPVAT	(1.069)	(642)
Outras Despesas com Sinistros	(102.354)	(86.768)
c) Custo de Aquisição - Seguros	(216.347)	(224.640)
Comissões sobre Prêmio Emitido	(22.763)	11.215
Variação Despesa de Comercialização Diferida	(239.110)	(213.425)

	31/12/2020	31/12/2019
d) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros	1	179
Outras Receitas DPVAT	(6.953)	(8.067)
Despesas com Cobrança	(102)	(214)
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	75	(33)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	(17.638)	(18.459)
Despesas com títulos de Capitalização	-	3.098
Resultado com a Migração da Carteira Habitacional	(61)	(241)
Outras Despesas DPVAT	(24.678)	(23.737)
e) Resultado com Operações de Resseguro - Seguros e Previdência	5.408	3.517
Recuperação de Indenização - Seguros	370	94
Recuperação de Indenização de Benefícios - Previdência	(5.736)	(3.209)
Prêmio Cedido em Resseguro - Seguros	(32)	(7)
Prêmio Cedido em Resseguro - Previdência	-	1.766
Variação de sinistros ocorridos - Seguros	521	574
Variação das provisões técnicas - Seguros	-	5
Variação das provisões técnicas - Previdência	531	2.740

f) Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL- Previdência

Prêmios Emitidos	517.536	496.245
Receitas de Contribuições Planos	27.198	32.583
Restituições	(4.032)	(2.282)
Rendas de Contribuições e Prêmios de VGBL	540.702	526.546
PMBAC - Planos de Renda	(364.439)	(413.655)
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(364.439)	(413.655)
Total	176.263	112.891

g) Variação das Outras Provisões Técnicas - Previdência

PPNG - Planos Repartição Simples	(5)	(3)
PPNG - Planos de Renda	(3)	(7)
PVR - Planos Renda	(175.946)	(112.188)
Despesas com Benefícios e Resgates	(1.358)	(1.311)
Outras Provisões	(181)	(485)
Total	(177.493)	(113.994)

h) Despesas Administrativas

Serviços de Terceiros	(115.837)	(105.793)
Localização e Funcionamento	(930)	(774)
Publicidade e Propaganda	(2.458)	(5.835)
Publicações	(168)	(219)
Donativos e Contribuições	(1.237)	(1.462)
Despesas Administrativas Diversas	(50)	(121)
Despesas Administrativas DPVAT	-	(2.637)
Total	(120.680)	(117.841)

i) Despesas com Tributos

Impostos	(454)	(314)
COFINS	(22.547)	(21.811)
PIS	(3.663)	(3.544)
Taxa de Fiscalização	(819)	(722)
Outras Despesas com Tributos	(45)	(49)
Total	(27.528)	(26.440)

j) Resultado Financeiro

Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	48.688	55.291
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	48.688	49.549
Quotas de Fundos de Investimento - Consórcio DPVAT	-	5.742
Outras Receitas Financeiras - Consórcio DPVAT	-	153
Outras Receitas Financeiras	506	2.388
Categoria - Disponível para Venda	7.564	9.663
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	7.564	9.663
Total - Receitas Financeiras	56.252	64.954
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	(22.478)	(320)
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(22.478)	(320)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência	(3.383)	(5.841)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(21.234)	(42.555)
Outras Despesas Financeiras	(952)	(825)
Total - Despesas Financeiras	(48.047)	(49.541)
Total	8.711	17.954

26. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	136.306	136.306
CSLL	155.662	155.662
ADICÕES	10.411	10.411
Adição Permanente	567	37
Doações e Patrocínios Indedutíveis	1.209	1.424
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	111	171
Outras Provisões	37	595
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	7.749	-
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	738	1.355
EXCLUSÕES	(3.146)	(3.146)
Outras Provisões	(727)	(65)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	(2.419)	(1.678)
Dividendos Recebidos	-	(13)
Juros Sobre Capital Próprio	-	(8.605)
Resultado Ajustado	143.571	148.883

	31/12/2020	31/12/2019
Alíquotas Oficiais	10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(35.869)	(21.535)
Incentivos Fiscais	1.209	1.424
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	1.372	86
Atualização Processo Judicial CSLL *	-	(2.020)
Despesas com IRPJ/CSLL	(33.288)	(20.712)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	24,4%	15,2%
* Reclassificado para a conta de despesa Financeira em 2020. 27.COMITÊ DE AUDITORIA: Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31/12/2020 da Icatu Seguros.	22,9%	15,6%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Claudio Coutinho Mendes

Conselheiros: Luciano Snel Corrêa; Ademar Schardong; Claudio Leite Gastal

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076160/O-7

DIRETORIA

Diretor Presidente: Cesar Luiz Salazar Saut

Diretores: Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo

Atuário: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
 Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
 Porto Alegre - RS

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$160.739 mil (em 30 de junho de 2020) e R\$157.989 mil (em 31 de dezembro de 2020), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e pela retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$160.739 mil (em 30 de junho de 2020) e R\$157.989 mil (em 31

de dezembro de 2020), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$160.739 mil (em 30 de junho de 2020) e R\$157.989 mil (em 31 de dezembro de 2020), descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referida, em 31 de dezembro de 2020, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades anteriormente descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2021.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Consultores Ltda.

CNPJ: 02.189.924/0001-03

CIBA 45

Felipe Fieri Amado

MIBA 2.385



BALANÇOS TÊM HORA CERTA PARA SEREM PUBLICADOS E JORNALIS CERTOS TAMBÉM.

O 2º CADERNO do Jornal do Comércio é o lugar certo para sua empresa publicar balanços, editais, atas, avisos, convocações, informes e comunicados aos acionistas. É um espaço focado em publicidade legal e fonte de diversos dados financeiros das principais empresas do Estado.



Faça contato conosco e consulte nossos preços especiais:

(51) 3213.1338 ou 3213.1333

comercial@jornaldocomercio.com.br ou agencias@jornaldocomercio.com.br